

**QUALIDADE DAS ESTATÍSTICAS ORIGINADAS DOS
REGISTROS ESCOLARES: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO
NO BAIRRO FRAGATA, NA CIDADE DE PELOTAS/RS**

Alceu Ravello Ferraro¹

Edson Luís Beckenkamp Vargas²

Nádie Christina Ferreira Machado³

RESUMO: Vem de longa data a insatisfação no Brasil em relação às estatísticas oriundas de registros escolares. O presente estudo analisa o problema da múltipla matrícula, com base em informações coletadas diretamente dos registros escolares de primeiras séries do ensino fundamental de 14 escolas, municipais e estaduais, situadas no Bairro Fragata, na cidade de Pelotas/RS. De um total de 1.280 registros correspondem de fato a apenas 1226 sujeitos. A depuração da múltipla contagem resultou na redução da taxa real de evasão (7,2% para 5,1%), em pequeno aumento na taxa de reprovação (de 19,7% para 20,3%) e num aumento substancial da taxa de aprovação (de 66,5% para 69,4%), contrariando a tese de que as taxas de evasão estariam maquiando a reprovação. A extensão da pesquisa a toda a Cidade de Pelotas poderá revelar que o problema provavelmente é mais grave do que o apurado num bairro.

PALAVRAS-CHAVE: Estatísticas da Educação; registros escolares; múltipla matrícula.

¹ Professor Titular do PPG em Desenvolvimento Social e da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas. Professor Titular aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador do CNPq e coordenador do projeto.

² Bolsista de Iniciação Científica do CNPq, na condição de acadêmico de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas, recentemente graduado. Responsável pela execução do trabalho de coleta e codificação dos dados, com participação também no processamento, na análise e elaboração do texto final.

³ Psicóloga pela Universidade Católica de Pelotas. Bolsista de Apoio Técnico Nível Superior do CNPq. Participação na elaboração e teste do instrumento de coleta; responsável pela organização do banco de dados e na tabulação; participação na análise e elaboração do texto final.

Introdução

O presente estudo exploratório é parte de um projeto maior, apoiado pelo CNPq⁴, cujo núcleo contempla pesquisa sobre a exclusão da escola no Brasil, com base em dados da *Contagem da população 1996*, realizada pelo IBGE, na linha das metodologias que lhe são próprias. Ele representa por assim dizer um desvio de rota em relação ao conteúdo principal da pesquisa. Propõe-se um estudo exploratório sobre a qualidade dos registros escolares que servem de base para o preenchimento dos questionários de coleta das informações sobre matrícula, frequência, aprovação, reprovação, repetência, transferência e evasão no ensino fundamental.

1. A questão da qualidade das estatísticas

A questão da qualidade das estatísticas é tão velha quanto as próprias estatísticas. Provavelmente o problema é mais grave quando se trata de estatísticas sociais, entre as quais as relativas à educação. É conhecida a passagem do Prefácio da primeira edição de *O Capital*, em que Marx denuncia a precariedade da estatística social da Alemanha e dos demais países da Europa Ocidental. Mas, nem por isso, o autor a joga na lata do lixo, porque “Apesar disso chega para descerrar o véu, o suficiente para que se pressinta, atrás dele, um rosto de medusa.” (Marx, 1998: 5) “Estremeceríamos diante de nossa própria situação,” exclama Marx, se, a exemplo da Inglaterra, os governos e parlamentos do Continente “constituíssem comissões de inquérito periódicas sobre as condições econômicas, dando-lhes plenos poderes para apurar a verdade” e “se se conseguissem, para tal fim, homens competentes, imparciais, rigorosos, como os inspetores de fábrica da Inglaterra, seus médicos informantes

⁴ Projeto de pesquisa intitulado **Exclusão da escola no Brasil segundo a Contagem da População 1996**, desenvolvido no biênio 03/1999 a 02/2001, com apoio do CNPq.

sobre saúde pública, seus comissários incumbidos de investigar a exploração das mulheres e das crianças, as condições de habitação e de alimentação etc.” (Id., *ibid.*)

O texto citado de Marx foi originalmente publicado em 1867. Ora, no Brasil, já antes dessa data reclama-se das estatísticas da educação. É o que relata Lourenço Filho, em sua conferência “Estatística e Educação”, proferida em 1940, no Curso de Extensão, instituído pelo recém criado IBGE (1938): em 1855, em relatório anexo ao relatório do Ministro do Império, o Inspetor Geral da Instrução Pública, o Conselheiro Eusébio de Queiroz Coutinho Matoso da Câmara, referindo-se às vantagens, para as províncias, do estudo comparativo das realizações no campo da Instrução, chegava à constatação amarga de que, infelizmente, os dados remetidos pelos presidentes não satisfaziam o pensamento da reforma de 1854. “No nosso país”, observava o referido Inspetor Geral, “ainda não se compreendeu bem o papel da estatística e poucos sabem das suas condições e exigências.” (Câmara, apud Lourenço Filho, 1940, p.80. Grifo na fonte). Nem as sucessivas determinações posteriores do governo foram capazes de fazer cumprir as prescrições do regulamento de 1854 relativamente à organização de uma estatística exata sobre os ramos de ensino no Império. “A queixa deveria atravessar o Império e alcançar a República”, sentenciava Lourenço Filho quase um século depois.” (Op. cit., p. 81)

Na realidade, a queixa em relação às estatísticas da educação haveria não só de alcançar a República, mas também de atravessar cada um dos sucessivos períodos republicanos até o presente. Baste o depoimento de Flechter, de meados da década de 1980, a propósito de estatísticas de *validade questionável*: “A estatística escolar, baseada nas declarações feitas na época da matrícula inicial e subsequente agregadas pelas autoridades federais e estaduais, fornecem números irrealistas, os quais tendem a minimizar o problema da repetência.” (Fletcher, 1985, p. 13). Em trabalho apresentado em seminário promovido pela Associação Brasileira de Estudos Populacionais em 1988, o mesmo Fletcher e Ribeiro colocaram em cheque praticamente todas as

estatísticas do SEEC/MEC - o superdimensionamento das matrículas, da evasão e aprovação e o subdimensionamento da reprovação e repetência. Aqui interessa particularmente a observação dos autores que se refere à *unidade de análise* das estatísticas do SEEC/MEC. Dizem eles: “A unidade de análise investigada pelo SEEC é a escola, cujo corpo administrativo é responsável pelo preenchimento de um dos questionários elaborados pelo MEC...” (Fletcher e Ribeiro, 1988, p. 17). Em trabalho do mesmo ano, Olga Lopes da Cruz, do IBGE/DPE/DEISO, faz dura crítica à concepção subjacente de fonte bem como aos três fluxos construídos pelos autores. Em relação a um desses modelos de fluxo, diz a autora: “Com relação ao fluxo baseado nos dados do SEEC/MEC, a alegação de que os dados provêm de declarações da administração das escolas parece ser totalmente *infundada*. Trata-se, antes sim, de dados provenientes de registros escolares que, segundo parece, os autores não examinaram com o devido cuidado.” (Cruz, 1988, p. 8-9) Aduzindo exemplos, a autora conclui: “*Considera-se, assim, algo forçado tomar como declarações da administração das escolas, informações que são objeto de fichamento constante e acompanhamento contínuo das Secretarias de Educação dos Estados.*” (Cruz, 1988, p.8-9)⁵ A crítica de Cruz à concepção de Fletcher e Ribeiro relativamente à fonte e à unidade de análise no caso dos dados do SEEC/MEC exige que se recorra a noções gerais da demografia. É o que se fará a seguir, retomando, em parte, aspectos de trabalho anterior de Ferrari (1979) sobre a utilização de estatísticas educacionais dos censos demográficos e dos registros escolares.

2. Diversidade de fontes e de unidades de análise

Sob o aspecto demográfico, as populações humanas podem ser analisadas de dois pontos de vista distintos e complementares: o de seu

⁵ Grifos da autora citada.

estado ou situação e o de seu *movimento* ou dinâmica.⁶ Esses dois tipos de estudos correspondem a dois tipos básicos de fontes e estatísticas. Os censos demográficos constituem a fonte principal das estatísticas do estado da população. Na mesma linha situam-se as diversas pesquisas por amostragem conduzidas periodicamente pelo IBGE, como as PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Já as estatísticas do movimento da população são obtidas principalmente através dos registros civis (de nascimentos, mortes, casamentos/separações/divórcios). Tal divisão não é exclusiva. Os recenseamentos, por exemplo, geralmente complementam as informações dos registros sobre o movimento natural da população, além de se constituírem em fonte importante para o estudo dos movimentos migratórios. Há, além disso, outras fontes complementares de estatísticas demográficas do estado da população, como os inquéritos exaustivos sobre conjuntos populacionais reduzidos, as pesquisas nacionais e regionais por amostragem, e os inquéritos retrospectivos através de arquivos. De maneira semelhante, os registros também contêm subsídios para se apurar determinadas características da população ou pelo menos de determinados conjuntos populacionais. Por exemplo, dos pais, dos nubentes, dos falecidos. Mas, na perspectiva do presente estudo, interessa firmar a distinção entre os dois tipos básicos de fontes - os censos e os registros civis, e os correspondentes tipos de informação produzida - estatísticas do estado e estatísticas do movimento da população.

Há ainda outro aspecto a considerar. As estatísticas do estado da população têm por objeto principalmente **unidades estatísticas concretas** (indivíduos, domicílios, etc.) e permitem descrever o estado da população no momento do levantamento censitário ou amostral, tanto do ponto de vista de sua localização espacial ou distribuição territorial, quanto do de sua estrutura ou repartição segundo determinadas características, como sexo, idade, cor, religião, atividade, instrução etc.

⁶ Retoma-se aqui discussão feita em trabalho do final da década de 70: "Utilização das estatísticas educacionais dos censos demográficos e dos registros escolares: uma tipologia de análises" (Ferrari, 1979, p.254ss).

Já as estatísticas do movimento da população têm por objeto os **eventos demográficos** que tiveram lugar durante determinado período de tempo, geralmente um ano, e permitem descrever a população do ponto de vista de seu movimento ou dinâmica. É importante distinguir aqui dois tipos de movimentos: o natural, cujos componentes são nascimentos, casamentos e mortes, e o migratório, cujos componentes são a emigração e a imigração. De um modo geral, os registros civis limitam-se às informações relacionadas com o movimento natural. Para o estudo do movimento migratório é necessário recorrer a outras fontes, inclusive aos censos demográficos que costumam classificar a população em migrante e não migrante.⁷

A distinção entre estado e movimento da população traduz, em última instância, uma classificação geral dos dados demográficos sob o aspecto de seu **conteúdo**. Conforme se refiram as estatísticas demográficas a unidades estatísticas concretas (indivíduos, domicílios, etc.) num momento determinado de tempo, ou a unidades estatísticas abstratas, a eventos (nascimentos, mortes, etc.), num período determinado de tempo (um ano, por exemplo), ter-se-á análises do *estado* ou análises do *movimento* da população.

O que se acaba de dizer é importante na demografia. Mas que tem tudo isso a ver com a questão aqui abordada? Na linguagem demográfica, pode-se dizer que os levantamentos do IBGE retratam, entres outros aspectos da realidade, o *estado educacional* da população, através de dados sobre características como alfabetização, frequência ou não à escola e grau e série frequentados, anos de estudo e grau concluído. Já os dados do sistema de ensino, originados dos registros escolares, traduzem o *movimento educacional* através da consideração dos diferentes eventos

⁷ Sobre o que se disse até aqui, nesta parte, veja-se principalmente as obras de: R. Pressat, *L'analyse démographique (A análise demográfica)*, 1961, parte 1, capítulo 1; Nations Unies, *Dictionnaire démographique multilingue (Dicionário demográfico multilíngue)*, 1958; A. Landry, *Traité de démographie (Tratado de demografia)*, 1949, capítulos 3 e 4. O que esses autores denominam análise do *estado* ou da *estrutura* da população, W. S. Thomson, em *Population Problems (Problemas populacionais)*, 1953, denomina *composição (compositon)* da população.

registrados - matrícula, aprovação, reprovação, repetência, evasão e, como equivalente do movimento migratório da população, a transferência entre escolas. Não se trata aqui de decidir quais fontes e dados somam mais pontos em termos de validade e fidedignidade - se os do IBGE, se os do SEEC/MEC. Estatísticas são estatísticas. A sua utilização requer sempre atenção.

A preocupação volta-se, aqui, para os registros escolares. No entanto, convém que se deixe claro que os levantamentos censitários também estão sujeitos a distorções. Baste um exemplo. Conforme observado em estudo sobre o analfabetismo no Brasil (Ferrari, 1985), o desconhecimento do problema de cobertura no censo de 1900 tem induzido mais de um autor a equívocos na interpretação dos resultados do referido censo na parte relacionada com o analfabetismo. O sub-recenseamento de extensas áreas rurais em algumas regiões do país tivera como efeito a subestimação do analfabetismo nas unidades da Federação sub-recenseadas e, conseqüentemente, no Brasil como um todo, com índices de analfabetismo até inferiores aos apurados 20 anos mais tarde pelo recenseamento de 1920. O desconhecimento desse particular induziu mais de um autor a buscar explicações para o aparente aumento do analfabetismo entre 1900 e 1920, o que contraria a dinâmica do fenômeno já estabelecida desde os censos de 1872 e 1890, quando na realidade a atenção deveria voltar-se primeiramente para o estudo crítico da fonte. No caso, as falhas de cobertura no censo de 1900 foram criteriosamente expostas quando da publicação do Censo de 1920 (Brasil, 1920, v. IV, 4ª parte). Qualquer tentativa de ajuste dos dados do Censo de 1900 deverá levar em conta as informações existentes sobre locais e dimensões do sub-recenseamento.

Como já se disse, os dados oriundos dos registros escolares referem-se não ao estado, mas ao movimento educacional da população. É deles que se originam as estatísticas sobre matrícula (inicial, final, total), aprovação, reprovação, repetência, evasão e transferências. A questão da *qualidade* (validade e fidedignidade) das estatísticas oriundas de registros escolares vem sendo posta em relação a duas questões de

fundo. A primeira diz respeito a própria definição de qual o principal problema da educação fundamental no Brasil: se a reprovação-repetência ou a evasão. A segunda questão refere-se à apuração do grau de cobertura do sistema educacional, ou seja, do nível de universalização do acesso à escola. Obviamente, a maior ou menor qualidade das estatísticas de movimento educacional afetará, para melhor ou para pior, os diagnósticos em relação a cada uma das questões apontadas, bem como as políticas educacionais que neles se possam embasar. No entanto, o objetivo aqui não é responder a essas questões, mas tão somente discutir a qualidade das estatísticas que servem ou poderiam servir de base para tais diagnósticos. Argumenta-se, por exemplo, que há mais matrículas do que crianças e adolescentes em determinadas faixas de idade; que reprovação e repetência são subestimadas; que, em contrapartida, se superestima a evasão; finalmente, que já se atingiu a universalização, não havendo mais problema de acesso.

3. Metodologia

De acordo com a discussão acima, no estudo aqui desenvolvido a unidade de análise são os eventos educacionais (matrículas, aprovações, etc.) e a fonte são os registros escolares. Constituiria sem dúvida um equívoco qualquer medida que imaginasse poder melhorar a qualidade das estatísticas do movimento educacional simplesmente limitando-se a interferir no processo de coleta e a orientar a burocracia escolar no preenchimento dos questionários. A questão fundamental é anterior à coleta e organização dos dados pela burocracia escolar; ela se refere aos próprios registros escolares - a verdadeira fonte, e aos eventos educacionais neles anotados - as unidades de análise. Por isso, mesmo que se partisse da questão da qualidade das estatísticas oriundas dos registros escolares, metodologicamente decidiu-se trabalhar diretamente com a fonte, isto é, com os próprios registros, no intuito de detectar fatos que pudessem ser tomados como indicadores de eventuais distorções

verificadas antes da constituição das estatísticas, isto é, anteriormente à ação de preenchimento dos questionários de coleta e a sua posterior agregação em nível de cada Estado e da União. Se a fonte dos eventos educacionais que caracterizam determinado sistema são os registros, é óbvio que qualquer estudo crítico das estatísticas resultantes da coleta e agregação de tais informações deve partir da análise crítica dos próprios registros, sem descurar obviamente o posterior processo de coleta e agregação. Tal estudo demandaria dois passos: primeiro e acima de tudo, o estudo detalhado dos próprios registros; segundo, o processo de coleta e agregação dos eventos registrados. A qualidade das estatísticas pode ficar comprometida tanto por erros na coleta e agregação dos dados dos registros, quanto por falhas ocorridas nos próprios registros. Eventuais falhas apuradas nas estatísticas resultantes de tais processos são efeitos. Podem espelhar, mas não explicam por si mesmas a qualidade - boa ou ruim - das estatísticas. A ênfase no presente estudo recai sobre os registros escolares.

Decidiu-se limitar o estudo às primeiras séries do ensino fundamental, por entender-se que aí o problema poderia manifestar-se com maior intensidade e visibilidade.

Iniciou-se com um estudo piloto em três escolas que atendem as Vilas Reunidas FRAGET, no Bairro Fragata. Esse estudo possibilitou o levantamento das informações disponíveis nos registros das secretarias das escolas, bem como a elaboração e teste do instrumento de coleta das informações. O instrumento foi elaborado de maneira a atender aos objetivos da pesquisa. O estudo piloto exigiu várias reformulações, em função principalmente da diversidade de formas de registro dos eventos escolares nas diferentes escolas. Por exemplo, em algumas escolas as faltas não eram registradas por bimestre, só constando o percentual apurado no ano. Dada também a diversidade de registro das avaliações, optou-se por levantar apenas a avaliação final. A proposta inicial era de identificar cada aluno apenas com um número de série, de 0001 a N. A data de nascimento seria anotada apenas com o objetivo de se poder estimar com exatidão a idade no início do ano letivo (em 01/03/1998).

Somente a partir do momento em que se começou a flagrar a ocorrência do mesmo nome em mais de uma escola, é que se decidiu anotar em cada ficha o nome completo do aluno, retornando-se inclusive às escolas/turmas em que a coleta já havia sido feita, lançando-se também essa informação no banco de dados para posterior cruzamento. Apurou-se inclusive um caso em que, nos registros, a nomes idênticos correspondiam datas de nascimento diferentes. Aparentemente seriam dois sujeitos. Na realidade, a conferência da documentação (certidão de nascimento) relativa às duas matrículas revelou erro de registro da data de nascimento em uma das escolas. Efetivamente tratava-se do mesmo sujeito, com registro de matrícula em duas escolas.

O plano inicial de circunscrever o estudo às escolas situadas nas Vilas Reunidas FRAGET e imediações foi progressivamente estendido a praticamente todas as escolas situadas no Bairro Fragata, num total de 14, sendo nove estaduais e cinco municipais, compreendendo todas as turmas de primeira série, num total de 1280 (registros de) matrículas.

O trabalho nas escolas iniciou sempre através de contatos com as pessoas responsáveis pelas secretarias e direções e eventualmente com docentes, com duplo objetivo: primeiramente, de conseguir acesso aos registros nas secretarias; em segundo lugar, de obter assistência no manuseio e processamento do material.

O próprio andamento do trabalho de coleta junto às secretarias tornou particularmente evidente a falta de homogeneidade na forma como eram efetuados os registros nas diferentes escolas. No caso, em relação aos alunos das primeiras séries do ensino fundamental. Enquanto em algumas escolas havia métodos semelhantes de registro, em outras as diferenças eram de tal ordem, que tornavam difícil a interpretação dos próprios registros. Isto dificultava muito o trabalho, exigindo freqüentes perguntas aos funcionários responsáveis pelo setor (secretarias), a fim de que se pudesse interpretar da melhor forma os registros e anotar corretamente as informações nas fichas de coleta.

O processamento dos dados da pesquisa apoiou-se, primeiro, na constituição de um banco de dados com todas as variáveis constantes no

instrumento, com cuidado especial para nome completo e data de nascimento relativos a cada um dos 1280 registros em primeira série nas 14 escolas estudadas. No processamento recorreu-se ao SPSS⁸, possibilitando a listagem rápida de frequências e cruzamento de dados.

A partir do cruzamento do nome e data de nascimento, foi possível identificar os casos de duplo registro, que foram selecionados e analisados minuciosamente.

4. Quando fantasmilhas ocupam vagas

O estudo piloto apurou, nas 14 escolas pesquisadas, um total 1.280 registros de matrícula em primeira série do ensino fundamental no ano de 1998. Desse total, a imensa maioria dos registros (1.249 = 97,6%) foi realizada no início do ano letivo. Dos 26 registros de ingresso durante o ano letivo, 25 foram por transferência de outra escola e apenas 1 sem menção de transferência. Sobre os 5 restantes não há informação (Tabela 2). A esse respeito é importante salientar dois pontos: 1) quase 98% das matrículas foram efetivadas no início do ano letivo; 2) a um total de apenas 25 ingressos por transferência (Tabela 1) nessas 14 escolas, corresponde um total de 70 transferências efetivadas por estas mesmas escolas durante o ano letivo, sendo 20 para escolas do próprio Bairro e 50 para escolas fora do Bairro, conforme apurado na tabela 3.

A tabela 3 refere-se ao destino final de todos os alunos com matrículas efetuadas no início e durante o ano nas 14 escolas, incluindo portanto as transferências originadas de outras escolas. O objetivo aqui não é discutir o peso relativo de cada um dos principais “destinos”: aprovação, reprovação, evasão, transferência, mas avaliar a confiabilidade das informações constantes nos registros e conseqüentemente das estatísticas deles originadas.

⁸ Statistical Package for Social Sciences

A análise dos 1280 registros de matrícula nos coloca diante dos seguintes contingentes e percentagens em relação ao total:

- aprovações 851 = 66,5%;
- reprovações 252 = 19,7%;
- evasões /abandono 92 = 7,2%;
- transferências para outra escola dentro do Bairro 20 = 1,6%;
- transferências para outra escola fora do Bairro 50 = 3,9%;
- transferências de turma na mesma escola 3 = 0,2%,;
- cancelamentos 5 = 0,4%;
- sem informações 7 = 0,5%.

Qualquer análise desse tipo toma por base o pressuposto de que, deduzidas as transferências para outras escolas (emigrações) e incluídas as transferências originadas de outras escolas (imigrações), a cada registro de matrícula deve corresponder efetivamente um sujeito diferente. Não constitui novidade a desconfiança de que o pressuposto acima não se verifica sempre. Ou seja, a desconfiança de que, deduzidas as transferências para outra escola (emigrações), o número de matrículas seja maior do que o número efetivo de alunos. Para Sérgio da Costa Ribeiro, por exemplo, a discrepância entre as taxas reais e oficiais de evasão e repetência seria “conseqüência, entre outras, da dupla contagem dos alunos nos censos escolares que, devido às taxas de repetência, mudam de escola sem, no entanto, saírem do sistema ou então são matriculados na mesma escola, como alunos novos na série.” Segundo o autor, essa dificuldade, de natureza metodológica, seria comum a quase todos os países subdesenvolvidos. A dupla contagem seria conseqüência da repetência, não da luta por acesso à escola, uma vez que o acesso já estaria “praticamente universalizado no país” (Ribeiro, 1990, p.14). Surpreendentemente, um ano depois, o mesmo autor e Ruben Klein, em trabalho conjunto, deram por resolvido o problema da qualidade das estatísticas. Nas palavras dos autores, “Os dados coletados pelo Censo Educacional do MEC parecem estar, hoje em dia, razoavelmente corretos segundo as definições encontradas nos manuais de instrução do Censo.” E mais adiante: “O problema não está na qualidade dos dados mas na definição

de repetentes e na metodologia utilizada para o cálculo das taxas de transição de série pelo MEC” (Klein e Ribeiro, 1991, p. 38). Os dados a seguir analisados parecem indicar que é no mínimo precipitado dar por resolvido o problema da qualidade dos dados do Censo Educacional do MEC.

Inicialmente os dados foram lançados no banco de dados escola por escola, turma por turma. Nessa fase foi possível apurar a ocorrência de algumas matrículas sob o mesmo nome em mais de uma turma da mesma escola, o que acabou sendo identificado geralmente como transferência de turma. O problema da múltipla matrícula tomou vulto no momento em que se decidiu organizar o banco de dados por ordem alfabética, de maneira a identificar todos os casos de mais de um registro sob o mesmo nome. Tal desconfiança foi posta à prova através do cruzamento de todos os nomes com dupla ocorrência e respectivas datas de nascimento. A repetição do mesmo nome com a mesma data de nascimento, salvo prova em contrário, estaria sinalizando dupla matrícula de um mesmo sujeito.

Tal processo permitiu separar 108 registros duplos, correspondentes a 54 sujeitos. Obviamente, se um dos registros contempla transferência para outra escola, não há problema, porque supõe-se que a escola, na hora de preencher os formulários para as estatísticas dos sistemas municipais, estaduais e do Ministério da Educação, deduza do total as transferências para outras escolas, da mesma forma que inclui as transferências originadas de outras escolas. A análise detalhada desses 108 registros duplos de matrícula pode ser centrada na ocorrência dos seguintes três fenômenos: as transferências (22), reprovações (5) e evasões (27). (Figura 1) Obviamente, aqui só entram em questão transferências, reprovações e evasões envolvidas em duplo registro do mesmo sujeito.

- a) Os 22 casos de transferência apurados entre as escolas pesquisadas tiveram a seguinte classificação final nas respectivas escolas de destino: aprovados – 17; reprovados – 4 e evadido – 1. Como essas transferências foram corretamente registradas, é de se supor que

tenham sido também corretamente repassadas pelas escolas quando do preenchimento dos questionários de coleta. Não haveria aqui dupla contagem. No entanto, não é isto o que ocorre nas duas situações seguintes.

- b) Foram identificados cinco casos de reprovação numa escola, todos com aprovação em outra escola.
- c) O problema principal refere-se aos registros duplos envolvendo evasão. Ao total de 27 sujeitos nessa situação, isto é, com pelo menos um registro de evasão apurado, correspondem, em outras escolas, para os mesmo sujeitos, 22 aprovações, 3 reprovações e 2 dois registros de evasão.

Esses dados levam a constatações importantes. Em primeiro lugar, eles mostram que a evasão envolvida em situações de dupla contagem praticamente desaparece. Os dois casos de dupla evasão podem muito bem estar sinalizando matrícula em escola(s) fora do Bairro coberto pela pesquisa. Em tal hipótese teríamos tripla matrícula/contagem.

Em segundo lugar, deduzida a dupla contagem (27), o total de evasões registradas cai de $92 = 7,2\%$ (tabela 2) para $65 = 5,1\%$ (tabela 5), percentual este muito próximo do encontrado em estudo com base em dados de 1970, em primeiras séries do ensino primário municipal, em cinco cidade do Vale do Sinos (4,0%) (Ferrari, 1975, p. 60, tabela 35).

Em terceiro lugar, aos casos de evasão e reprovação envolvendo dupla contagem (27 e 5, respectivamente) correspondem em sua imensa maioria situações de aprovação (22 + 5), e não de reprovação (apenas 3). Portanto, a suposição de que a *evasão registrada* pode estar representando a *maquiagem* da repetência no ano seguinte (Fletcher e Ribeiro, 1988, p. 4-5 e 17) deveria ser reavaliada, através de estudos cuidadosos dos próprios registros, e não apenas das estatísticas deles originadas.

Em quarto lugar, a dupla contagem compromete, em alguma medida, todas as estatísticas relativas aos componentes do movimento do sistema educacional: aprovação, reprovação, repetência no ano seguinte,

evasão e obviamente a própria matrícula no ano dado, tanto a inicial como a total e a final. Isto significa que as alterações nas estatísticas de movimento resultantes da depuração da dupla matrícula nem sempre apontam na direção imaginada pelo grupo de pesquisadores do PROFLEXO. Com efeito, de um lado, os dados analisados apontam para uma evasão efetivamente menor do que a que aparece nas estatísticas oficiais, confirmando assim a tese desses pesquisadores. Mas, de outro lado, esses mesmos dados conflitam com a suposição de que a falha nas estatísticas está simplesmente em inflarem a evasão para esconder ou reduzir as verdadeiras taxas de reprovação e repetência, como sustentam, por exemplo, Fletcher (1985), Fletcher e Castro (1986), Fletcher e Ribeiro (1988), Ribeiro (1990). A maior alteração resultante da depuração da dupla contagem consiste no aumento da aprovação, não em números absolutos, mas em números percentuais, em consequência da depuração da dupla contagem. O aumento da taxa de aprovação atinge 2,9 pontos percentuais, elevando-se de 66,5% (tabela 3) para 69,4% (tabela 5), contrariando nisso a suposição dos referidos autores.

Há outro fato importante a registrar. Dos 108 registros envolvendo dupla matrícula, 105 - a quase totalidade - representam matrícula no início do ano, com apenas 3 matrículas durante o ano, por transferência. Isto sugere que a prática da múltipla matrícula representa uma estratégia que tem precisamente o objetivo de assegurar vaga em escola pública. O trágico da situação está no seguinte: a própria dificuldade de acesso à escola pública está inflacionando as estatísticas do acesso à escola e inflando inclusive o otimismo daqueles que, desde meados dos anos 80, vêm dando por realizada a universalização do acesso ao ensino fundamental. Fosse tranqüilo o acesso à escola, como explicar tantos registros duplos de matrícula no início do ano? A análise das entrevistas que se fará a seguir confirmará o ponto de vista aqui expresso.

5. Entrevistas nas Escolas do Bairro

As escolas têm conhecimento da dupla matrícula e da decorrente dupla contagem? Como e por que se dá isto? Na busca de resposta a essas perguntas foram ouvidas as pessoas responsáveis pelas secretarias de seis escolas. Num caso, foi ouvida a diretora. Manifestaram-se também dois docentes que estavam na secretaria na hora da entrevista. Ao todo, foram pesquisadas, nesta fase, sete escolas: cinco estaduais e duas municipais. As escolas estaduais serão identificadas pela sigla EE, e as municipais pela sigla EM, seguidas do número de ordem.

Vamos iniciar com a reprodução do depoimento do funcionário responsável pela secretaria de uma escola estadual, o qual retrata muito bem tanto o problema da múltipla matrícula como a tentativa de solução na virada do milênio:

*“Eu tenho aqui 4 alunos da 1ª série que desde o primeiro dia eles não apareceram. Então, aí vai ao ponto que a gente dá como evadido. Eles estão matriculados, têm fichas, dados: pai, mãe, endereço, direitinho, só que a gente espera eles atingir o ponto de evasão, que é o 3º bimestre. Até lá, se não aparecerem, vão levando falta. Dali em diante, evadido. E a gente não sabe; deve estar em outro colégio, a gente imagina. Isso deve ser caso da *dupla contagem*: [...] ele conta em duas escolas no caso dos evadidos. Agora, no caso das transferências, nas primeiras séries pode acontecer eles estarem matriculados até em três escolas: vai dar evadido em 2 e numa ele participa. *O que não vai ser* o caso deste ano (2001), devido ao sistema novo de matrícula ser diferente. Agora temos as fichas de inscrição aqui: digamos que eles façam esta ficha em duas escolas, cada ficha ele terá de dar 3 opções. Na hora da matrícula lá, eles vão ver 2 fichas, a de número maior vai ser eliminada, só vai concorrer com uma só. É ingresso no fundamental, médio e técnico. Então agora ele só vai matricular quando receber a autorização da DE. *Quando era* como antes, eles faziam matrículas em quantas escolas quisessem, e a gente conta aquele aluno como matriculado. Não podemos evadir ele no 1º ou 2º mês, e sim 3º*

bimestre. Os pais, para *garantirem a matrícula* dos filhos, iam em várias escolas e matriculavam, pois era direto na escola, e aí *faziam 4 ou 5 matrículas, e depois escolhiam qual iam fazer.*” (Secretário(a) EE 2)

Não se trata de manifestação isolada. A múltipla matrícula é prática generalizada. As escolas têm conhecimento disso, mas sentem-se impotentes para solucionar o problema. Têm consciência da dupla contagem e da distorção dos dados daí resultantes. A própria estratégia da múltipla matrícula, utilizada pelos pais, seja para assegurar vaga, seja para conseguir vaga em escola de melhor qualidade, ou mais perto de casa, ou simplesmente de sua preferência, acaba por reduzir o número de vagas na comunidade e por dificultar e até impedir o acesso à escola. Em relação à múltipla matrícula, às razões de sua ocorrência e aos seus efeitos no (na qualidade do) Censo Escolar, os depoimentos são claros e convergentes:

“Os alunos matriculados aqui, que freqüentaram o ano anterior, trocam para outra escola e não vêm cancelar aqui. *Evadem aqui e aprovam em outra escola.*” (Secretário(a) EE-1)

“O aluno, no começo do ano, ele procura várias escolas, *com medo de não conseguir a vaga.* E aí, como ele fez a matrícula aqui, pode fazer em toda a rede. Aqui no Fragata ele pode fazer em todas as escolas, e aí ele *opta pela mais próxima de casa*, só que aqui *ele continua constando como aluno*, e aí passa 30 dias ele passa a ser considerado abandonado, ele é considerado evadido. Só que ele está em outra. (Isto) acontece mesmo é na 1ª série, porque nas outras séries eles precisam um histórico, a gente fica sabendo. Tem pais até que comunicam a escola, procuram a gente para dar a vaga para outra criança, mas normalmente não.” (Secretária(o) EM-1)

“Eu penso que todos os anos vem o censo do MEC para as escolas. Então, se este aluno constou como evadido aqui na escola e como na outra escola ele está aprovado, então, quer dizer, aparece uma dupla contagem. Quer dizer que o Censo, né! Então vai ter problemas no Censo também!” (Professor(a) EM-1)

“Nós pesquisamos e eu liguei para os pais para saber. Tinha uns que as crianças desistiram, pararam de estudar, simplesmente não vinham mais às aulas, não se agradaram e os pais deixaram por isso mesmo;

e outros tinham conseguido vagas em outras escolas. Como a 1ª série não precisa de histórico, né, a escola não ficou sabendo; ficaram matriculados aqui, contando como falta aqui, e matriculados em outra escola, assistindo aula normalmente. Hoje mesmo veio uma mãe aqui pegar o histórico porque eu já havia telefonado. Daí eu telefono, (pergunto) ‘Por que não vem mais?’ . *Daí eles respondem (os pais) : ‘Não, ele (o filho) está matriculado em outra escola. Como não precisava de histórico eu não peguei e seguiu assim, matriculei em mais de uma escola... Por exemplo, escolas que não exigem o histórico e a guia de transferência, os alunos vão lá, estão cursando o ano lá e ficam cadastrados com nós aqui, porque não foi retirado o histórico.’* (Secretário(a)-1 EE-5)

“[...] a criança fica um tempo estudando com a gente, sem trazer a documentação, sem pedir a transferência da outra escola. Então, é claro, ela vai ficar como se fosse 2 crianças, e isso aí não pode mais acontecer.” (Secretário(a)-2 EE-5)

É particularmente esclarecedora a sucessão de intervenções de secretário(a) e docente de escola estadual do Bairro Fragata (EE-4). É o medo de não conseguir vaga que leva à prática da múltipla matrícula; poucos assinam desistência, continuando a ocupar a vaga; a classificação final em ‘evadido’ ou ‘reprovado’ mascara, com frequência, a prática da múltipla matrícula e a ocupação indevida de vagas e compromete em alguma medida todas as estatísticas relativas aos eventos que caracterizam o movimento anual do sistema de educação fundamental:

“Eles pedem transferência e vão para outra escola e *não vem pegar transferência* aqui, né. Se matriculam em outra escola e param de frequentar também.” (Secretário(a) EE-4)

“Ficam em duas escolas ao mesmo tempo, porque frequenta um pouco numa e pede transferência; vai para outra escola e aí se evade, não completa a documentação. E eu acho que tem muitos casos assim.” (Professor(a) EE-4)

“De primeiras séries tem muitos casos [...] porque é de inscrição. Então tem muitas pessoas que *ficam com medo e se inscrevem num monte de escolas*, fazem a matrícula e depois não vêm avisar, né. ‘Consegui em outra escola’, mas não avisam.” (Secretário(a) EE-4)

“E ficam ocupando as vagas que poderiam ser para outros. Tu não pode dar porque aquela pessoa assinou e não vem desistir.” (Professor(a) EE-4)

“A gente chama também, ela não vem. São poucos que se dispõem a vir e assinar a desistência da vaga. Às vezes se consegue contato e dizem que vão vir aqui e vai passando e não vêm. *A pessoa não vem e fica nisso.*” (Secretário(a) EE-4)

“A gente *coloca ‘evadido’* naqueles que tem menos de 50% de frequência. Se tem mais de 50% *fica reprovado*. Talvez seja o caso de alguém que pede transferência e vai estudar em outra escola. Mas [...] pede só um atestado, quem sabe [...] Às vezes vêm uns pedir atestado - sem compromisso, né - e conseguem na outra escola e ficam com o atestado lá (sem transferência).” (Secretário(a) EE-4)

Na visão de alguns secretários/algumas secretárias das escolas pesquisadas, o problema não se restringe às primeiras séries do ensino fundamental, estendendo-se inclusive ao ensino médio. Por exemplo:

“Evadem aqui e aprovam em outra escola. Tem também os que no início do ano fazem matrículas aqui, no CAVG, CEFET...” (Secretário(a) EE-1)

“Tem alunos aqui que fazem o ensino médio aqui e o técnico no CAVG (cursos distintos).” (Secretário(a) EE-1).

E este outro depoimento:

“O pessoal mesmo da 6ª série desistem de estudar; eles não vêm mais e não retiram o histórico; não vêm aqui e não cancelam a matrícula, e aí vêm crianças de outros lugares querendo transferência e aí a gente não pode dar a vaga deles porque está em aberto, não tem como, e aí ele *fica ali como evadido e não está evadido*, não está oficial, fica trancando aquela matricula que poderia ser para outra criança, nós não podendo abrir a vaga para outra criança. Por exemplo, escolas que não exigem o histórico e a guia de transferência, os alunos vão lá, estão cursando o ano lá e ficam cadastrados com nós aqui, porque não foi retirado o histórico.” (Secretário(a) -1 EE-5)

Talvez nem tudo esteja perdido. Alguns secretários/algumas secretárias de escola expressaram esperança de poder entrar no novo milênio com solução encaminhada através de ação conjunta da 5ª

Coordenadoria Regional de Educação e Secretaria Municipal de Educação. “A partir de 2000” significa a partir da matrícula para o ano letivo 2001: “A partir de 2000 as inscrições serão numa só escola. Está havendo um convênio entre Município e Estado, de centralização das matrículas... A rematrícula era automática e agora terá que vir o aluno, o responsável, para confirmar a vaga.” (Secretária(o) EE-1) E o seguinte depoimento deixa claro o que viria a ser o ‘agora’ (o ano 2001, a esperada solução), em oposição ao ‘antes’ (até o ano letivo 2000):

“*Agora*, no caso das transferências, nas primeiras séries pode acontecer eles estarem matriculados até em três escolas: vai dar evadido em 2 e numa ele participa. O que não vai ser o caso deste ano (2001), devido ao sistema novo de matrícula ser diferente. Agora temos as fichas de inscrição aqui: digamos que eles façam esta ficha em duas escolas; cada ficha ele terá de dar 3 opções. Na hora da matrícula, lá, eles vão ver 2 fichas; a de número maior vai ser eliminada, só vai concorrer com uma só. É ingresso no fundamental, médio e técnico. Então, *agora*, ele só vai matricular quando receber a autorização da DE⁹. Quando era como *antes*, eles faziam matrículas em quantas escolas quisessem, e a gente conta aquele aluno como matriculado. Não podemos evadir ele no 1º ou 2º mês, e sim 3º bimestre. Os pais, *para garantirem a matrícula dos filhos*, iam em várias escolas e matriculavam, pois era direto na escola, e aí faziam 4 ou 5 matrículas, e depois escolhiam qual iam fazer.” (Secretário(a) EE-2)

“*Agora* é o caso que não vai acontecer o ano que vem, né. Agora no Estado é feito uma central de inscrição; nós temos umas fichas oficiais da 5ª D.E., que a pessoa pode inscrever nesta escola para outras escolas - tem 3 escolas de preferência. Agora aqui funciona como uma central: ele se inscreve aqui e será distribuído para outras escolas. Isso será feito em qualquer escola, a inscrição e a distribuição será feito na 5ª D.E. como uma central. Então não vai dar o caso do aluno estar inscrito em mais de uma escola.” (Secretário(a)-1 EE-5)

A análise das entrevistas até aqui desenvolvida confirma e esclarece as verificações feitas com base nos dados levantados dos próprios

⁹ Delegacia de Educação, nome recentemente mudado para Coordenadoria Regional de Educação.

registros escolares. Na seqüência, antes de se concluir, tecem-se algumas considerações sobre pontos específicos. Por exemplo, o critério de evasão/abandono diverge bastante de escola para escola:

“[...] só que a gente espera eles atingir *o ponto de evasão*, que é o 3º bimestre. [...]Não podemos evadir ele no 1º ou 2º mês, e sim 3º bimestre.” (Secretário(a) EE 2)

“[...]e aí *passa 30 dias* ele passa a ser considerado abandonado, *ele é considerado evadido*.” (Secretário(a) EM 1)

“A gente *coloca ‘evadido’* naqueles que tem *menos de 50% de freqüência*. Se tem *mais de 50% fica reprovado*.” (Secretário(a) EE 4)

Não são apenas os critérios que divergem, mas também a postura das diferentes escolas diante da evasão. Em alguns casos a escola busca saber o destino da criança:

“A gente *chama* também, ela não vem. São poucos que se disponham a vir e assinar a desistência da vaga. Às vezes se consegue contato e dizem que vão vir aqui e vai passando e não vêm. *A pessoa não vem e fica nisso*.” (Secretária(o) EE-4)

“*Nós pesquisamos* e eu liguei para os pais para saber[...]” (Secretário(a)-1 EE-5)

A inexistência de histórico para alunos que se matriculam na primeira série do ensino fundamental agrava o problema inclusive em relação às transferências, pois o aluno não precisa de qualquer documento proveniente da escola e muitos pais não cancelam a vaga, fazendo com que a escola mantenha um número de alunos *virtuais*, até que um dos critérios anteriormente citados seja adotado, o que impede o ingresso de novos alunos:

“[...] *acontece mesmo é na 1ª série*, porque nas outras séries eles precisam um histórico, a gente fica sabendo. *Tem pais até que comunicam a escola*, procuram a gente para dar a vaga para outra criança, *mas normalmente não*.” (Secretário(a) EM-1)

“Eles *pedem transferência* e vão para outra escola e *não vem pegar transferência* aqui, né.” (Secretário(a) EE-4)

“E *ficam ocupando as vagas* que poderiam ser para outros. Tu não

pode dar porque aquela pessoa assinou e não vem desistir. (Professor(a) EE-4)

Esse processo envolve também as escolas *de destino*:

“[...] a criança fica um tempo estudando com a gente, *sem trazer a documentação, sem pedir a transferência da outra escola*. Então, é claro, ela vai ficar como se fosse 2 crianças, e isso aí não pode mais acontecer.” (Secretário(a)-2 EE-5)

Pode-se, agora, sintetizar os resultados e concluir.

6. Síntese e conclusão

As análises propiciadas, seja pelos dados coletados diretamente nos registros escolares, seja pelos depoimentos colhidos através de entrevistas com os funcionários das secretarias das escolas pesquisadas, podem ser sintetizadas em alguns pontos mais importantes.

O primeiro ponto consiste na identificação da prática da matrícula simultânea em mais de uma escola por parte de um número expressivo de crianças.

O segundo ponto é que, a quase todos os casos de dupla matrícula envolvendo registro de evasão em uma escola, corresponde, na outra escola, registro de aprovação. Isto significa, sim, como insistem os autores referidos neste estudo (Fletcher, Castro, Ribeiro e Klein), que as estatísticas exageram os índices de evasão. Mas significa também que, o que a evasão esconde, não é necessariamente a reprovação e repetência, como querem os mesmos autores. Com efeito, quase todos os casos de dupla matrícula envolvendo “evasão” numa escola escondem, na realidade, registro de aprovação em outra.

O terceiro ponto é que a múltipla matrícula compromete, em medida que não é de forma alguma irrelevante, a qualidade de todas as estatísticas oriundas dos registros escolares: as de matrícula, as de evasão, as de transferência, as de reprovação e repetência e as de aprovação.

O quarto ponto está no fato que a múltipla matrícula resulta precisamente do problema real, que esses mesmos autores citados insistem em dar por resolvido no Brasil, qual seja, a dificuldade de acesso, particularmente na primeira série do ensino fundamental. Na dura luta por vaga em escola pública, ou por vaga numa escola de melhor qualidade ou de mais fácil acesso, as famílias desenvolveram a estratégia da múltipla matrícula. No estudo exploratório apuraram-se apenas casos de *dupla* matrícula. Mas os responsáveis pelas secretarias das escolas referem, em suas entrevistas, com clareza, que tal prática pode estender-se a mais de duas escolas. Por isso a estratégia seria melhor definida como de *múltipla* matrícula, ou melhor, de múltipla inscrição, a qual resulta em múltipla matrícula, sempre que não haja cancelamento ou liberação da vaga não preenchida.

Em quinto lugar está o fato de que a própria estratégia adotada (da múltipla matrícula ou múltipla reserva de vaga para posterior escolha), se, por um lado, facilita o acesso para uns, por outro, agrava o problema para o conjunto da população, por manter indisponível, por meses e até durante o ano todo, um certo número de lugares “reservados” para alunos que de fato estão em outras escolas.

Certamente, um estudo exploratório como o aqui analisado não permite conclusões que dêem conta do fenômeno da múltipla matrícula, com a devida precisão, para toda a cidade de Pelotas. Muito menos permite generalizações para o Estado e o país como um todo. Nem era este o objetivo. Entende-se que o estudo terá atingido o seu objetivo, se conseguir chamar a atenção para os problemas que cercam os registros escolares enquanto fonte primordial das estatísticas do movimento do sistema de ensino fundamental. Trata-se não tanto do que se passa a partir da coleta das informações junto às escolas, mas sim, e principalmente, do que se passa antes, isto é, no que se refere ao processo em si de registro e seu conteúdo, bem como aos fatores que condicionam ou propiciam as distorções identificadas.

Os fatos apurados exigem estudos mais aprofundados, que permitam diagnosticar a difusão e a verdadeira dimensão do fenômeno, com

vistas à proposição de medidas concretas com o objetivo ao mesmo tempo de melhorar os registros e de sanar as causas que estimulam ou permitem a prática da múltipla matrícula. O caminho de solução provavelmente seja o de recorrer, pelo menos nas cidades, a alguma forma de matrícula informatizada, que integre pelo menos as redes públicas de ensino. Isto representaria um enorme avanço em termos de qualidade do serviço público em vários sentidos: simplificaria todo o processo de matrícula para as famílias, principalmente em se tratando de primeira série; aliviaria em muito o trabalho das direções e secretarias das escolas em seu esforço por recuperar vagas reservadas para alunos que acabaram optando por outras escolas; manteria em disponibilidade, a qualquer momento, as vagas não ocupadas. Confirmada a matrícula em uma escola, ficaria automaticamente disponível qualquer outra solicitação de vaga no sistema. Parece que a experiência a que aludem as secretarias das escolas para ano de 2001 vai nessa direção.

Restaria ainda a questão de saber se o problema atinge também o fluxo entre redes públicas e a rede privada de ensino. É provável que sim. O movimento “migratório” entre redes: das escolas públicas para as escolas privadas em anos de prosperidade e das escolas privadas para as públicas em épocas de crise, sugere que a estratégia da múltipla matrícula possa afetar todo o sistema de ensino, não apenas as redes públicas.¹⁰

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Recenseamento Geral do Brasil - 1920*. Volume IV, 4a parte.

CRUZ, Olga Lopes da. As estatística educacionais: Uma tentativa de esclarecimento. IBGE/DPE/DEISO. 1988 ou posterior. 22p. Datil. (Resposta/comentários ao trabalho de Fletcher e Castro, 1988).

¹⁰ Na pesquisa não se encontrou nenhuma evidência, nem mesmo indício, de que os casos de múltipla matrícula apurados pudessem ter relação com a *caça* a mais recursos do FUNDEF, via múltipla matrícula ou mesmo matrícula de alunos fantasmas.

FERRARO (FERRARI), Alceu R. Fatores escolares e não escolares do rendimento no ensino de 1º grau. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo - RS, n. 33: 3-64, 1975.

_____. Utilização das estatísticas educacionais dos censos demográficos e dos registros escolares: uma tipologia de análises. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.4, n. 2, p.253-266, Jul./Set./ 1979.

_____. Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes. Resultados preliminares. *Cadernos de Pesquisa, São Paulo*, n. 52, p. 35-49, fev. 1985.

FLETCHER, Philip R. A repetência no ensino de 1º grau: um problema negligenciado da educação brasileira, Uma análise preliminar e sugestão de avaliação adicional. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, Porto Alegre, 3(1): 10-41, jan./jun. 1985.

_____ e CASTRO, Cláudio de Moura. Os mitos, as estratégias e as prioridades para o ensino de 1º grau. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 11(1): 35-42, jan./jun. 1986.

FLETCHER, Philip R.; RIBEIRO, Sérgio Costa. A educação na estatística nacional. Trabalho apresentado no “Seminário de Avaliação das PNADs de 1980”, promovido pela ABEP EM Nova Friburgo, RJ, 13 a 15 de junho de 1988. 19p., + anexos 1 e 2.

KLEIN, Ruben; RIBEIRO, Sérgio Costa. O censo educacional e o modelo de fluxo. O problema da repetência. *Revista Brasileira de Estatística*, 52(197/198): 5-45, jan./dez. 1991.

LANDRY, Adolph. *Traité de Demographie*. 2. éd. rev. et compl. Paris: Payot, 1949.

LOURENÇO FILHO. Estatística e educação. *Revista Brasileira de Estatística*. Ano I, N. 1, p. 66-85, Jan./Mar. 1940.

MARX, Karl. *O capital*. L. 1, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

NATIONS UNIES. *Dictionnaire démographique multilingue*. Volume Français. New York: Nations Unies, 1958.

PRESSAT, Roland. *L'analyse démographique: méthodes - résultats - Applications*. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

RIBEIRO, Sérgio Costa. A pedagogia da repetência. *Tecnologia Educacional*, Rio de Janeiro, 19(97): 13-20, nov./dez.1990.

THOMPSON, Warren S. *Population Problems*. 4. ed. New York: McGraw-Hill, 1953.

Tabela 1 – Distribuição das matrículas de 1ª série do Ensino Fundamental, por escola pesquisada. Pelotas/RS – Bairro Fragata - 1998

Dependência Administrativa	Matrículas	
	Nº Absolutos	%
Escola Estadual 1	132	10,3
Escola Estadual 2	106	8,3
Escola Estadual 3	86	6,7
Escola Estadual 4	84	6,6
Escola Estadual 5	105	8,2
Escola Estadual 6	66	5,2
Escola Estadual 7	54	4,2
Escola Estadual 8	110	8,6
Escola Estadual 9	79	6,2
Escola Municipal 1	82	6,4
Escola Municipal 2	96	7,5
Escola Municipal 3	83	6,5
Escola Municipal 4	85	6,6
Escola Municipal 5	112	8,8
Total	1280	100,0

Fonte: Registros das escolas

Tabela 2- Distribuição das matrículas de acordo com o momento/ forma de ingresso. Pelotas/RS – Bairro Fragata – 1998

Momento/forma de ingresso	Nº Absolutos	%
Matrícula início do ano	1249	97,6
Ingresso durante o ano p/transferência	25	2,0
Ingresso durante o ano s/transferência	1	0,1
Sem informação	5	0,4
Total	1280	100,0

Fonte: Registro das secretarias das escolas

Tabela 3 – Distribuição das matrículas na 1ª série do Ensino Fundamental, de acordo com a avaliação final. Pelotas/RS – Bairro Fragata –1998

Avaliação final	Nº Absolutos	%
Aprovados	851	66,5
Reprovados	252	19,7
Transferidos para outra escola dentro do Bairro	20	1,6
Transferidos para outra escola fora do Bairro	50	3,9
Transferidos de turma	3	0,2
Evasão/Abandono	92	7,2
Cancelamento	5	0,4
Sem informação	7	0,5
Total	1280	100,0

Fonte: Registro das secretarias das escolas

Tabela 4 – Distribuição das matrículas na 1ª série do Ensino Fundamental, por Dependência Administrativa. Pelotas/RS – Fragata - 1998

Dependência Administrativa	Registros/Matrículas	Sujeitos/Alunos*	Varição
Escola Estadual 1	132	129	(-3)
Escola Estadual 2	106	93	(-13)
Escola Estadual 3	86	86	0
Escola Estadual 4	84	83	(-1)
Escola Estadual 5	105	105	0
Escola Estadual 6	66	66	0
Escola Estadual 7	54	54	0
Escola Estadual 8	110	101	(-9)
Escola Estadual 9	79	79	0
Escola Municipal 1	82	75	(-7)
Escola Municipal 2	96	90	(-6)
Escola Municipal 3	83	81	(-2)
Escola Municipal 4	85	83	(-2)
Escola Municipal 5	112	101	(-11)
Total	1280	1226	(-54)

Fonte: Registros das secretarias das escolas

*Excluídos os casos de duplicidade de registro

**Figura 1 – Análise das ocorrências de duplo registro.
Bairro Fragata – Pelotas/RS - 1998**

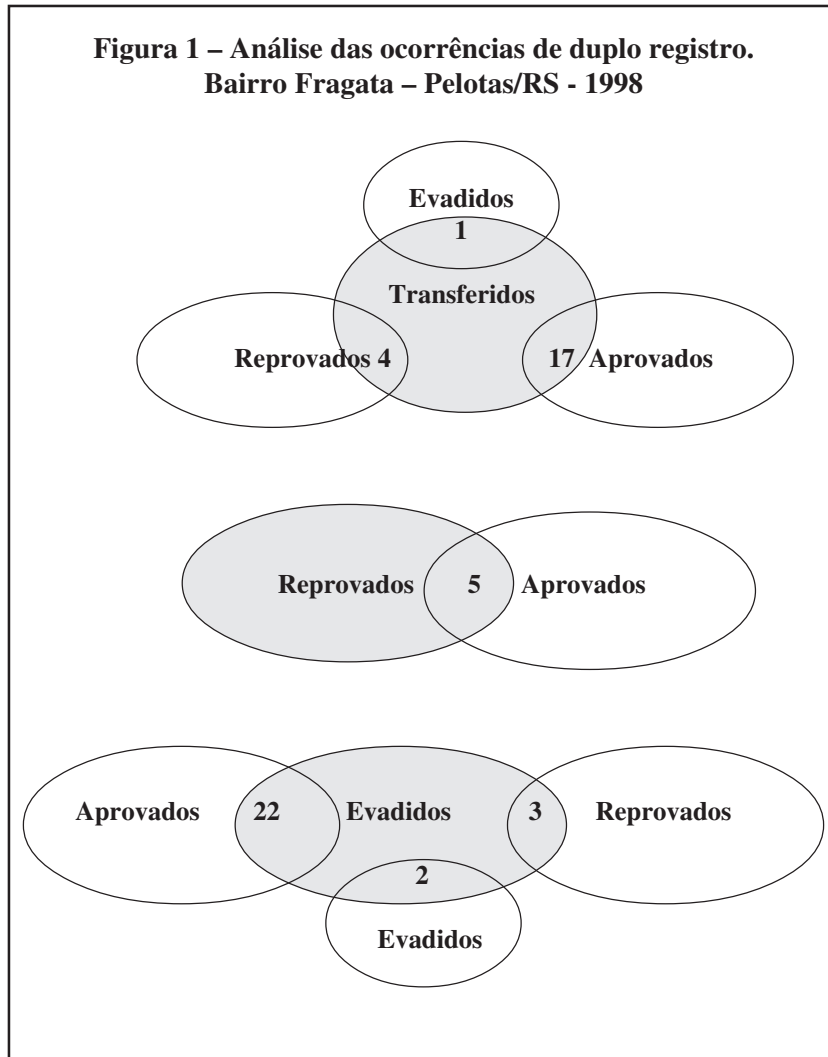


Tabela 5 – Distribuição dos alunos matriculados na 1º série do ensino fundamental, de acordo com a avaliação final, no FRAGET, excluindo os casos de dupla contagem –1998.

Avaliação final	Nº Absolutos	%
Aprovado	851	69,4
Reprovado	249	20,3
Transferido p/outra escola	50	4,1
Transferido de turma	1	0,1
Evasão/Abandono	63	5,1
Cancelamento	5	0,4
Sem informação	7	0,6
Total	1226	100,0

Fonte: Registros das Secretarias das escolas.